

AÇÕES EDUCATIVAS EM MUSEUS: ALGUMAS REFLEXÕES.

Daniela Moreira de Jesus

daniologus@gmail.com

Joseania Miranda Freitas

joseaniafreitas@yahoo.com.br

Este texto é resultante das reflexões, sobre os processos de educação em museus, produzidas ao longo do primeiro ano de execução do projeto de pesquisa de Mestrado em Museologia. O texto começa interrogando sobre a especificidade ou a mera repetição do espaço escolar na realização das ações educativas em museus. Na sequência apresenta reflexões sobre como foram construídas as principais práticas e teorias que sustentam a realização do trabalho educativo em Museus.

Palavras chave: Museu, Educação, Ação Educativa.

INTRODUÇÃO - O MUSEU COMO ESPAÇO DE EDUCAÇÃO OU A REPETIÇÃO DO ESPAÇO ESCOLAR?

De acordo com o geógrafo Milton Santos, a relação com o espaço é resultado do constructo sócio histórico temporal em que o ser humano tem papel fundamental “[...] é o resultado de uma práxis coletiva que reproduz as relações sociais (e) evolui pelo movimento da sociedade total” (SANTOS, 1978, p. 171). Considerando a teoria de Santos, o “espaço”, construído e vivido, reproduz as relações sociais e ideológicas de cada período histórico. Ponderando que as ideais e ideologias legitimadas, na maior parte da história da humanidade, são a das sociedades que dominam o poder econômico, este “espaço” pode ser considerado como resultado das tramas sociais construídas a partir do pensamento de uma minoria. Desta forma, Santos acredita que “[...] o espaço organizado pelo homem é como as demais estruturas sociais, uma estrutura subordinada-subordinante” (SANTOS, 1978, p. 145). Mas, é preciso também considerar que as mudanças ocorrem por um fator denominado tempo, e de acordo com as demandas sociais, o espaço passa em determinados momentos históricos por reestruturação e reapropriação.

O espaço museu sofreu diversas mudanças ao longo do tempo. Foi reservado exclusivamente, durante um longo período, para poucos. Mas, ao longo de sua trajetória, seus profissionais começaram a refletir sobre as mudanças sociais, levando à transformação deste espaço, tornando-o mais aberto às reflexões sobre a pluralidade social, associando-se às concepções de educação. Ao percorrer o histórico da constituição do museu é possível verificar essa estreita relação com a educação e, assim como a educação, sofreu transformações ao longo da história, o museu também vivenciou suas mudanças.

Centrado nesse histórico entre Museu e Educação, este texto tem o intuito de fazer um apanhado sobre como o museu se constituiu como espaço de educação, passando pelos processos em que este era exclusivo de minorias até o período em que se abre aos diversos públicos, através de ações que o impulsionaram, e continuam a impulsionar, ao aprimoramento, cada vez maior, do seu papel educativo. A partir de meados do século XX foram produzidos importantes espaços de diálogos e sistematizações neste campo, possibilitando a cunhagem de termos, conceitos e metodologias para o trabalho educativo em museus. Conceitos como ação educativa, educação patrimonial e educação museal.

MUSEU E EDUCAÇÃO NO BRASIL: CONTEXTO HISTÓRICO.

O Brasil teve suas primeiras instituições museais a partir do século XIX. O primeiro museu foi o Museu Real (1818), criado pela iniciativa de D. João VI. O monarca doou uma pequena coleção de história natural e: “Por um longo período, o Museu manteve uma atuação modesta, adquirindo, de fato, seu caráter científico somente no final do século XIX” (JULIÃO, 2006, p. 21). Esta autora informa ainda que no final do século XIX surgiram outros museus: o Museu do Exército (1864), o Museu da Marinha (1868), o Museu Paraense Emílio Goeldi (1866), o Museu Paranaense (1876) e o Museu Paulista (1891). De acordo com Cândido (2013, p. 37), os acervos se formavam com o objetivo de buscar compreender as origens do povo brasileiro. Apesar da busca por compreensão da história de formação dos brasileiros, ainda não ficavam explícitas as intenções educativas dos museus no Brasil, o que ocorrerá na década de 20, do século XX.

Durante o século XX, a função dos museus como espaço educativo foi amplamente discutida, resultando na elaboração de documentos que se tornaram referências da área, como a *Declaração do Rio de Janeiro*, de 1958, documento elaborado durante o Seminário Regional da UNESCO sobre a função Educativa dos Museus; os folhetos de Regina Real, que apresentavam a discussão sobre a relação necessária entre museus e escolas – *O museu ideal e Binômio: museu e educação* – publicados entre meados das décadas de 1950 e 1960 pelo Ministério da Educação e Cultura; as *Cartas e Declarações* oriundas da Mesa Redonda de Santiago, dos encontros do Conselho Internacional de Museus (ICOM) e do Movimento Internacional para Nova Museologia (MINOM); em 1995 foi criado, no Brasil, o *Comitê de Educação e Ação Cultural* – CECA, que tem por objetivo a ampliação dos estudos nesta área, publicando importantes artigos sobre a relação museu e educação, que serviram de base para a construção, a partir de 2012, do *Documento Preliminar do Programa Nacional de Educação Museal* (DPPNEM). Esses documentos, além de discutir a função educativa dos museus, ofereceram importantes diretrizes para o melhor desenvolvimento das ações educativas em museus. Neste sentido, é importante destacar ainda a *Política Nacional de Museus* (PNM), de 2003, a *Carta de Petrópolis*, elaborada no I Encontro de Educadores do IBRAM em 2010, e o *Plano Nacional Setorial de Museus* (PNSM) que também contribuíram para a consolidação dos estudos nesta área

(DPPNEM, 2014, p. 3).

O que esses documentos apontam como relevante é a promoção de debates entre os profissionais de museus sobre os processos educacionais realizados nas instituições, colaborando para a reflexão sobre o papel que o museu deve assumir quando se trata da aplicação de metodologias educacionais a serem utilizadas nesses espaços. A elaboração de metodologias que se fundamentam nas especificidades dos museus, no patrimônio e na colaboração para o desenvolvimento cultural, social, econômico, regional e local demonstra que as instituições museológicas estão preocupadas com uma ação mais ampla, deixando de funcionar somente como extensão da escola. Isso confere aos museus status de um espaço que pode e deve funcionar como local importante para a fomentação e a tomada de decisões em âmbito educacional e cultural, o que deve ocorrer em níveis mais amplos que somente o escolar.

AS AÇÕES EDUCATIVAS NO MUSEU: CAMINHOS POSSÍVEIS.

Ao tratar da estreita vinculação entre Museu e Educação, é necessário considerar que as características que este primeiro assumiu a partir do século XX, em relação às ações educativas, motivadas pelas diversas mudanças de perspectivas educacionais que aconteceram nesse período. Assim, não é possível deixar de lado as discussões sobre os conceitos de Educação, visto que foram esses os parâmetros utilizados para a realização de ações educativas nos museus, conforme Lopes (1988); Almeida (1991/1997); Horta (1999); Marandino (2008); Martins (2011). Desta forma, os conceitos de educação formal e não-formal são abordados, no intuito de verificar em que medida estes conceitos estão teoricamente ligados às ações educativas em museus. Neste texto destaca-se a modalidade de Educação não-formal, pois é a esta categoria que as ações educativas realizadas em museus estão associadas, assim, com base nas referências de pesquisadores(as) que vêm se aprofundando nesse diálogo: Smhit (2001), Gadotti (2005), Libâneo (2005), Fávero (2007), Gohn (2008), e Esteves e Montemór (2011). A análise desses conceitos tem como base as pesquisas teóricas citadas, de forma a verificar como se apresentam atualmente os conceitos de educação em museus.

De acordo com Smith (2001) e Fávero (2007) o termo não-formal é de origem anglo-saxônica e foi introduzido a partir dos anos de 1960. A utilização da educação não-formal, segundo Smith (2001) deu-se por causa da crise na educação formal, que não deu conta em atender à crescente demanda de pessoas que passaram a ter acesso ao sistema formal de ensino e, também, às críticas à educação ambientada somente nos espaços escolares. No íterim dessas críticas, a educação não-formal assumiu um papel importante para a educação, influenciando várias instituições de ensino, passando a ser utilizada como saída para a educação em movimentos sociais e movimento de base, como igrejas, ONGs, terreiros de candomblé, comunidades indígenas, comunidades de bairros dentre outras (Esteves e Montemór, 2011). Talvez, por ter sido diretamente associada aos

“movimentos populares”, que a educação não-formal tenha sido vista de maneira pejorativa. Assim, de acordo com Gohn (2008, p. 123), tratando sobre o binômio “educação formal” e “educação não-formal”, ela informa que:

[...] há autores que caracterizam a educação não-formal como um complemento, um espaço alternativo para os rebeldes e insubordinados da escola, e denominam-na como educação não-escolar. A escola não saberia lidar com esses alunos, ou com jovens e adultos analfabetos, os quais nunca freqüentaram uma escola e têm dificuldades de adaptação às normas, rotinas, horários etc.

E ainda segundo a pesquisadora, esta categoria de educação estaria ligada às comunidades de infratores, em situação de vulnerabilidade, não ajustados à sociedade e excluídos socialmente.

O que é possível verificar, no entanto, é que esse conceito mudou em alguns aspectos e também o empenho em analisá-lo de forma mais aprofundada aumentou. Pesquisadores como Esteves e Montemór (2011, p. 109) esclarecem que a educação não-formal é caracterizada:

[...] por um conjunto de ações que acontecem em espaços próprios, com objetivos diversos, entre eles o de educar para a cidadania, para a autonomia, para os direitos humanos e para a obtenção da cultura acumulada pela humanidade. No Brasil, a expansão da educação não-formal coube aos movimentos sociais que suscitavam reflexões acerca das desigualdades a que estava sujeita uma parcela significativa da população, pulverizando-se, posteriormente, através de setores diversos da sociedade [...].

As problematizações sobre o conceito de educação não-formal ainda são poucas, mas são suficientes para constatar que esta possui um leque de possibilidades, sendo utilizada também nas escolas, como é o caso do programa “Escola Aberta”, institucionalizado pelo Governo Federal, em que as escolas abrem suas portas à comunidade para a realização de atividades diversas (SOUZA, 2008). Mesmo não sendo uma atividade propriamente de sala de aula, este programa utiliza o espaço escolar e ocorre de forma sistematizada, seguindo objetivos e metas a serem alcançadas. Porém, as desmistificações são ainda necessárias e é preciso abordar, de forma mais consciente, as perspectivas da educação não-formal, visto que esta modalidade também requer a utilização de um sistema organizado de aprendizagem, de objetivos e metas muito bem estabelecidos. Referenciar a instituição museu nessa modalidade de ensino é confirmar que este também funciona de forma organizada e sistemática, de maneira a oferecer, através das ações educativas, diversas possibilidades de análise sobre identidade, memória, patrimônio dentre outras informações concebidas a partir dos objetos expostos. Assim, acredita-se que o essencial a qualquer sociedade é a educação e esta deve ocorrer de maneira responsável, independentemente de estar associada à educação formal ou não-formal.

Dentre as diversas mudanças em relação ao papel que as instituições escolares deveriam

assumir diante o aprendizado, um marco para os museus foram as mudanças influenciadas com o advento da *Escola Nova*, introduzida no Brasil por Anísio Teixeira na década de 1920. Neste momento, convencionou-se que as escolas deveriam ser espaços que priorizassem processos de aprendizagem que saíam da rotina dos muros escolares. Assim, espaços como museus, bibliotecas e outras formas didáticas de aprendizado deveriam fazer parte do dia a dia dos estudantes, tornando o ambiente escolar mais dinâmico e não apenas relacionado ao educador/educando/sala de aula. De acordo com Lopes (1988, p. 46), é nesse período:

[...] em que o todo educacional está voltado para o interior das escolas e não mais para a ampliação da rede escolar, a preocupação pedagógica adentra explicitamente nos museus, influenciando-os no sentido de que passem a priorizar o apoio à escola [...]. Neste contexto, perdem terreno as funções dos museus de disseminação de conhecimentos para públicos amplos, independentemente da escola.

Anísio Teixeira e Fernando de Azevedo (citado por Almeida e Freitas, 2006) já pontuavam como essencial a aproximação dos museus com as escolas como meio de promoção da educação. Os pesquisadores acreditavam que as escolas obteriam mais sucesso se tivessem os museus como parceiros para a educação dos estudantes. Para atender a esse novo público, as instituições museológicas brasileiras realizaram adequações para complementar o ensino escolar.

Com a diversificação do público, a preocupação com o atendimento qualificado levou os museus a pesquisar sobre metodologias de ação educativa no Brasil e também em outros países, no intuito de elaborarem planos didáticos que pudessem tornar a visita mais apreciada e também que houvesse maior aprendizado através das suas coleções. De acordo com Lôbo (2010), Martins (2011) e Almeida (2013), neste campo é preciso destacar o trabalho de Bertha Lutz, cientista, ativista do movimento feminista e pioneira da educação em museus no Brasil, que viajou em 1932 aos Estados Unidos com a finalidade de realizar pesquisa sobre as ações educativas em museus. Como funcionária do Museu Nacional foi convidada pela Associação Americana de Museus e da União Pan-Americana para viajar por dois meses e meio, visitando museus. Na sua volta ao Brasil, Lutz trouxe um relatório, denominado primeiramente de *O papel educativo dos museus americanos, mudando posteriormente para A função educativa dos museus*. Conforme Martins (2011), após a volta de Bertha Lutz o setor educativo do Museu Nacional foi criado e instalado pelo diretor Edgar Roquette Pinto.

O atendimento ao público escolar é um aspecto bem definido na criação do setor educativo do Museu Nacional. E de acordo com o site institucional, o mesmo continua na atualidade, com essa missão prioritária: “A Divisão Educativa desenvolve projetos e eventos dirigidos aos alunos e professores das redes pública e particular, realizando, inclusive, agendamento de visitas”¹.

No final da década de 1980, a pesquisadora Lopes (1988) defendeu sua Dissertação de Mestra-

do: *Museu: uma perspectiva de educação em Geologia*, na qual apresentou questionamentos relativos ao direcionamento dos museus ao público escolar. No capítulo a *Escolarização dos museus* e, posteriormente, em 1991 no artigo *A favor da desescolarização dos Museus*, Lopes pontua que o museu se adequa às necessidades da escola, complementando o ensino escolar e, para atender a este público específico, deixa de lado outros públicos. O que, segundo a pesquisadora, coloca o museu não como propositor de questões que irão proporcionar novas maneiras de ver e conceber o mundo, mas de confirmação de um sistema institucionalizado que mantém a ordem social vigente. Assim, a pesquisadora argumenta:

As discussões sobre a ação educativa dos museus têm um pressuposto em comum: os museus não pertencem ao domínio da educação escolar regular, seriada, sistemática – intra-escolar. Situam-se no campo da educação não escolar, na qual, mediante uma grande diversidade de experiências, que relacionam práticas educativas e comunicação social, buscam novas alternativas para seu papel educacional (LOPES, 1991, p. 443).

Neste sentido, o museu não pode se voltar para um público específico, mas sim buscar estratégias para, através das ações educativas, contemplar a diversidade de público e permitir a maior aproximação deste com o acervo existente nos seus espaços.

No bojo dessas discussões, averiguou-se a existência de pesquisas que afirmam ter os museus suas próprias metodologias para educação. A pesquisadora Bertha Lutz pode ser considerada a pioneira em defender que o museu tem sua própria metodologia e didática. Neste sentido, de acordo com Almeida (2013, p.127), no livro escrito por Lutz, *A função educativa dos Museus*, a pesquisadora intitula um dos capítulos como: *A metodologia educativa do museu*. Apesar de não ter sido colocada de maneira explícita, o próprio título do capítulo pode confirmar a intenção da pesquisadora em atribuir ao museu uma didática própria de educação. Na atualidade as pesquisadoras Martha Marandino (2011) e Luciana Martins (2011) anunciam também em suas pesquisas, de Livre Docência e Doutorado, respectivamente, que os museus possuem uma didática e pedagogia próprias. Ambas tomam como perspectiva as teorias de Basil Bernstein (1996/1998), renomado pesquisador da Educação. Martins (2011) apresenta um histórico sobre educação em museus, a partir do momento em que este começou a sistematizar suas ações educativas por meio de um setor educativo ou através de projetos. A pesquisadora traça, através do histórico da Educação e das ações educativas, em âmbito nacional e internacional, como os museus se relacionaram e a partir de quais perspectivas construíram suas ações. A pesquisadora Marandino (2011) analisa a ação educativa do museu a partir do que ela denomina *didática museal*. Assim, explorando o campo da didática geral, Marandino propõe compreender os aspectos didáticos que envolvem a educação desenvolvida nos museus de Ciências, trabalho que desenvolve desde o Doutorado.

Neste contexto de ampliação do pensamento sobre as ações educativas, o *Documento Prelimi-*

nar do Programa Nacional de Educação Museal, anteriormente mencionado, também discute um formato de educação em museus, partindo dos conceitos de educação patrimonial e educação museal. O conceito de educação patrimonial foi abordado por Horta (1999) no livro *Guia Básico de Educação Patrimonial*. O livro foi resultado da compilação de mais de 15 anos das ações desenvolvidas pelo IPHAN na área de Educação Patrimonial. De acordo com a pesquisadora, a proposta metodológica para o desenvolvimento das ações educacionais voltadas para o uso e a apropriação dos bens culturais ocorreu partir do I Seminário realizado em 1983, no Museu Imperial, em Petrópolis, Rio de Janeiro. A pesquisadora conceitua a educação patrimonial como:

[...] um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo. A partir da experiência e do contato direto com as evidências e manifestações da cultura, em todos os seus múltiplos aspectos, sentidos e significados, o trabalho de Educação Patrimonial busca levar as crianças e adultos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural, capacitando-os para um melhor usufruto destes bens, e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num processo contínuo de criação cultural (HORTA, 1999, p. 6).

Complementando este pensamento, o site do IPHAN afirma que educação patrimonial implica em:

[...] processos educativos que primem pela construção coletiva do conhecimento, pela dialogicidade entre os agentes sociais e pela participação efetiva das comunidades detentoras das referências culturais onde convivem noções de patrimônio cultural diversas.²

Em recente publicação do IPHAN, *Educação Patrimonial: histórico, conceitos e processos* (2014), esse conceito é aprimorando, sendo colocado como:

[...] todos os processos educativos formais e não formais que têm como foco o Patrimônio Cultural, apropriado socialmente como recurso para a compreensão sócio-histórica das referências culturais em todas as suas manifestações, a fim de colaborar para seu reconhecimento, sua valorização e preservação. Considera, ainda, que os processos educativos devem primar pela construção coletiva e democrática do conhecimento, por meio do diálogo permanente entre os agentes culturais e sociais e pela participação efetiva das comunidades detentoras e produtoras das referências culturais, onde convivem diversas noções de Patrimônio Cultural.³

Quanto à educação museal, Andréa Falcão (2009), acredita que caberia mais, nesse caso, falar de práticas educativas do que exatamente de atividades educativas. Segundo a pesquisadora, o sentido de práticas educativas permite considerar também, outros aspectos do trabalho de educação museal, como os serviços oferecidos ao público, os materiais produzidos para apoio às exposições, como programas e projetos educativos fornecidos.

TECENDO ALGUMAS CONCLUSÕES

As ações educativas em museus passaram por momentos diversificados e se estruturaram de forma mais concisa a partir do século XX. Vê-se, inicialmente, que estes estudos se formataram priorizando o atendimento ao público escolar, se expandindo posteriormente para a construção de conceitos que levaram em consideração as didáticas e metodologias desenvolvidas nos espaços dos museus. Este debate trouxe para o centro das discussões a necessidade dos museus refletirem sobre sua especificidade de espaço educativo não escolar. Tais ações necessitam de sistematização e de avaliação constantes, exigindo dos profissionais de museus preparação para receber a diversidade de público. A pesquisa e a avaliação no campo da ação educativa nos museus deve ser prioridade quando se trata de melhor favorecer a aproximação do museu com seus públicos, o que faz gerar novas dinâmicas e linguagens, proporcionando ao público o contato com elementos importantes na formação da sua cultura e identidade.

NOTAS

¹ <http://www.museuhistoriconacional.com.br/>

² <http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do?id=15481&retorno=paginaIphan>

³ Idem.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Adriana Mortara. Desafios da Relação Museu-Escola. Comunicação e Educação, São Paulo, 1997. Acessado em: 10. Jul. 2011. Disponível em: <http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:http://www.revistas.univerciencia.org/index.php/comeduc/article/view-File/4369/4079>

ALMEIDA, Cícero Antônio Fonseca de. A função Educativa dos Museus de Bertha Lutz: Uma peça (quase) esquecida do quebra-cabeça da Museologia no Brasil. Acervo, rio de janeiro, v. 26, nº 2, p. 123-132, jul./dez. 2013.

ALMEIDA, Stela Borges de; FREITAS, Joseania Miranda. Programa de Reconstrução Educacional na Bahia: Anísio Teixeira (1952-1964). In: ARAÚJO, Marta M. de; BRZEZINSKI, Iria. Anísio Teixeira na direção do INEP: programa para reconstrução da nação brasileira. Brasília: INEP, 2006.

CÂNDIDO, Manuelina Maria Duarte. Gestão de Museus, um desafio contemporâneo: diagnóstico museológico e planejamento. Porto Alegre: Medianiz, 2013. 240 p.

DOCUMENTO PRELIMINAR DO PROGAMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO MUSEAL, 2014, Brasília.

Disponível em <http://pnem.museus.gov.br/> Acessado em: 04 de abril de 2014.

ESTEVES, Patrícia Elisa do Couto Chipoletti; MONTEMÓR, Hilda Aparecida de Sousa Melo. Uma proposta de educação não-formal: o espaço da criança Anália Franco. *Educação em Revista*, Marília, v.12, n.2, p. 109-124, Jul.-Dez. 2011.

FALCÃO, Andréa. Museu e escola: educação formal e não-formal. Rio de Janeiro, TV Escola, 27 fev. 2009. Entrevista ao Salto para o Futuro. Disponível em: http://www.tvbrasil.org.br/saltoparaofuturo/entrevista.asp?cod_Entrevista=29 > / Acessado em: 15. Jul. 2013.

FÁVERO, Osmar. Educação não-formal: contextos, percursos e sujeitos. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 28, n. 99, maio/ago. 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-73302007000200017&script=sci_arttext / Acessado em 15 de agosto de 2014.

GADOTTI, Moacir. A questão da educação Formal/não-formal. Institut International Des Droits de l'enfant (IDE), Sion, Suíça, 2005.

GOHN, Maria da Glória. Educação não-formal e o educador social. In: *Revista de Ciências da Educação*. UNISAL - Americana/SP - Ano X - Nº 19 - 2º Semestre/2008.

HORTA, Maria de Lourdes Pereira; GRUMBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. Guia Básico de Educação Patrimonial. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Museu Imperial, 1999. 68 p.

IPHAN. Educação Patrimonial. Disponível em:

<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do?id=15481&retorno=paginaIphan> / Acessado em: 15. Jul. 2013.

JULIÃO, Letícia. Cadernos de Diretrizes Museológicas I. 2ª ed. Brasília: Ministério da Educação Cultural/Instituto do Patrimônio Histórico, Artístico e Nacional/Departamento de Museus e Centros Culturais, Belo Horizonte: 2006.

LIBÂNEO, José Carlos. *Pedagogia e pedagogos, para quê?* 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2005. 200p.

LÔBO, Yolanda. Bertha Lutz. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010. 148 p. (Coleção Educadores).

LOPES, Maria Margarete. *Museu: uma perspectiva de Educação em Geologia*. São Paulo: Universidade Estadual de Campina, 1988, 171 p. Dissertação [Dissertação em Educação].

LOPES, Maria Margarete. A favor da desescolarização dos museus. *Revista Educação & Sociedade*, nº 40, dezembro, 1991.

MARANDINO, Martha (org.). *Educação em museus: a mediação em foco*. São Paulo, SP: Geenf / FEUSP, 2008.

MARANDINO, Martha. *Por uma didática museal: Propondo bases sociológicas para análise da educação em museus*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2011, 384 p. Tese [Livre-Docência].

MARTINS, Luciana Conrado. *A constituição da educação em museus: o funcionamento do dis-*

positivo pedagógico museal por meio de um estudo comparativo entre museus de artes plásticas, ciências humanas e ciência e tecnologia. São Paulo: Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, 2011, 390 p. Tese [Doutorado em Educação].

MUSEU NACIONAL. Sessão Divisão Educativa. Disponível em: <http://www.museunacional.ufrj.br/visitaao/secao-de-assistencia-ao-ensino> Acessado em 08 de setembro de 2014.

SANTOS, M. Por uma Geografia Nova. São Paulo: Hucitec, Edusp, 1978.

SOUZA, Cléia Renata Teixeira de. A Educação não-formal e a escola aberta. VIII Congresso Nacional de Educação - EDUCERE. Paraná. Disponível em: http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2008/anais/pdf/444_356.pdf Acessado em 14 de agosto de 2014.

SMITH, M. K. (2001). O que é educação não-formal? A enciclopédia da educação informal. Disponível em: <http://infed.org/mobi/what-is-non-formal-education/> Acessado em 13 de agosto de 2014.

